

**UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO**

**KÁTIA MARTINS SANTOS**

**Experiências em sala de aula: um olhar sobre a escolarização dos  
adolescentes privados de liberdade**

**SÃO PAULO**

**2011**

KÁTIA MARTINS SANTOS

**Experiências em sala de aula: um olhar sobre a escolarização dos  
adolescentes privados de liberdade**

Artigo Científico apresentado à  
Universidade Bandeirante de São Paulo  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Políticas Públicas  
para o Adolescente em Conflito com a  
Lei

Orientadora: Isa Maria F. R. Guará

SÃO PAULO

2011

Dedico este trabalho a Deus, a quem julgo muito especial, pois me acompanha em todos os percursos pelos quais transito.

Agradeço a todos que me apoiaram e me auxiliaram direta e indiretamente durante toda esta jornada acadêmica.



## **Experiências em sala de aula: um olhar sobre a escolarização dos adolescentes privados de liberdade**

### **RESUMO**

Este artigo busca compreender aspectos do processo de escolarização dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa em unidade de internação, investigando suas relações interpessoais cotidianas com o professor em sala de aula. Partindo da discussão sobre o direito à educação dos adolescentes, o artigo mostra o processo de adaptação da instituição às exigências legais de escolarização dos adolescentes internos. Na história escolar dos adolescentes no processo educativo constata-se às resistências do próprio sistema de ensino, além da baixa adesão daqueles à escola, embora esta seja valorizada como importante para seu desenvolvimento. Buscou-se, na metodologia de pesquisa, o resgate de seu percurso escolar na rede regular de ensino, bem como sua experiência escolar na unidade da Fundação Casa. O material coletado constituiu a base para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e os dilemas escolares enfrentados por estes adolescentes cuja escolarização foi irregular e instável. A pesquisa levanta o perfil de uma turma do ensino médio e seus dilemas vivenciados no processo de escolarização dentro e fora da unidade de internação. A metodologia investigativa em sala de aula culminou com a produção de um debate aberto com os adolescentes e a produção de pequenos textos sobre os pontos críticos discutidos. Dentre os principais resultados apontados a partir das análises dos textos, destacamos a falta de diálogo e a falta de uma escuta diferenciada dos adolescentes como um dos fatores que determinam seu afastamento da escola, enquanto a escola da unidade de internação acaba constituindo um novo espaço de aprendizagem.

**Palavras Chaves:** Adolescente em conflito com a lei, Relação professor aluno, Diálogo - Escolarização em Unidade de Internação

## ABSTRACT

This article seeks to understand aspects of the education of adolescents in conflict with the law to abide by social unit in the hospital, investigating their everyday interpersonal relationships with the teacher in the classroom. Based on the discussion of the right to education of adolescents, the article shows the process of adapting to the demands of the institution of legal education of the young inmates. Adolescents in school history in the educational process notes to the resistance of the education system itself, and the low compliance of the school, although this is valued as important to their development. Sought in the research methodology, the rescue of their schooling in the regular education as well as their school experience in the unity of House Foundation which provided the basis for reflection on teaching practices and the dilemmas faced by these school teens whose schooling was irregular and unstable. The research raises the profile of a high school class, and their dilemmas experienced in the educational process within and outside the hospital. The investigative methodology in the classroom resulted in the production of an open discussion with the teens and the production of small text on the critical points discussed. Therefore, one of the main results presented from the analysis of the texts shows that the lack of dialogue and lack of a differentiated listening to teens is one factor that determines their withdrawal from school, while the school's admission unit ends up constituting a new space of learning.

**Keywords: Adolescents in conflict with the law, teacher-student relationship, school for youth in custody, dialogue with youth offenders.**

## INTRODUÇÃO

“Entre a realidade mais dura e o sonho mais belo, há a possibilidade do fazer e oportunizar espaços de aprendizagens significativas”.

*Paulo Freire*

No campo da educação, o processo de ensino aprendizagem pode ser resumidamente definido como o modo como os educandos adquirem novos conhecimentos e desenvolvem competências e habilidades que mudam seu modo de ser e estar no mundo. A motivação e adesão de adolescentes ao ensino formal<sup>1</sup>, para além da obrigatoriedade, constituem um desafio constante do sistema educativo.

Os adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa<sup>2</sup> em unidade de internação, sujeitos desta investigação, frequentam, ou mesmo que irregularmente, frequentaram a escola. Na instituição, estes adolescentes desenvolveram suas relações interpessoais cotidianas com professores em sala de aula e neste processo, acessaram conhecimentos e continuaram sua escolarização na escola da Fundação Casa como previsto em lei 8.069, Estatuto da criança e do adolescente (ECA) artigo 124.

A pesquisa realizada teve como objeto de estudo as relações interpessoais dos adolescentes em conflito com a lei na escola considerando que uma das razões que os levam a deixá-la precocemente, ou a se envolverem em atos de violência ou indisciplina, é a falta de canais de comunicação e diálogo com eles. Nesse sentido, o caminho trilhado pode estimular outros professores a estabelecer novos canais de relacionamento interpessoal com alunos que apresentam problemas disciplinares ou que tenham história de envolvimento em delitos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>Ensino Formal: ensino ministrado por professores da rede pública vinculados à Secretaria do Estado de São Paulo em unidades de internação.

<sup>2</sup> Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Eca. Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo

<sup>3</sup> Delito ou crime é toda ação ou omissão contrária às leis penais (código penal brasileiro comentado)

Acreditando que a escuta dos próprios alunos é um farol para a compreensão de seu percurso escolar, trataremos neste artigo dos fatores que tensionam o relacionamento professor-aluno, utilizando uma metodologia investigativa<sup>4</sup> baseada nas experiências em sala de aula por meio de questões relacionadas aos dilemas que estes vivenciam na vida escolar no processo de aprendizagem dentro e fora do sistema socioeducativo.<sup>5</sup>

A busca de novos caminhos para a garantia do direito à educação dos adolescentes que foram excluídos dos bancos escolares está em conformidade com o artigo 57 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual os sistemas de ensino devem estimular pesquisas, experiências e propostas pedagógicas adequadas a esse público.

Um desses caminhos será aqui percorrido na tentativa de conhecer melhor a relação interativa entre professores e alunos e entender os fatores que dificultam ou facilitam esta relação, tomando como sujeitos os adolescentes internos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – (Fundação CASA) do Estado de São Paulo que frequentam a escola dentro da unidade.

O cotidiano da escola na unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei revela algumas diferenças e semelhanças com a rede regular de ensino. Dentre estas características peculiares em relação ao ensino regular, verifica-se nas unidades de internação que raramente há casos de indisciplina em sala de aula, dado o contexto de controle e segurança destes na instituição. O fato de estarem distante de seus familiares tornam esses adolescentes mais vinculados aos profissionais que os cercam diariamente. Por isso, a relação professor aluno no processo de escolarização se dá num clima de respeito mútuo. Porém, em sala de aula, há questões que extrapolam os muros, assuntos e conflitos pendentes muito além das grades que normalmente são perceptíveis em classe. Observa-se, também, uma forte presença da cultura prisional em muitos adolescentes cujos familiares diretos ou amigos estão envolvidos no chamado “mundo do crime”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A metodologia investigativa em sala de aula faz parte das estratégias propostas pela Secretaria Municipal de Educação de S. Paulo, como veremos na metodologia.

<sup>5</sup> Em nota na página 18 do documento do SINASE (2006) identifica-se o Sistema Socioeducativo como ...”o conjunto de todas as medidas privativas de liberdade (internação e semiliberdade), as não privativas de liberdade (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) e a internação provisória.

<sup>6</sup> “mundo do crime”: expressão de uso comum entre os adolescentes em conflito com a lei referindo-se a alguém que está envolvido em delitos há algum tempo sendo já um reincidente em tais práticas.



Como professora para alunos internos privados de liberdade na Fundação CASA, esta pesquisadora teve a possibilidade de incluir as hipóteses de pesquisa no contexto da própria sala de aula. As questões foram discutidas a partir das situações vivenciadas nas aulas que se dão dentro da unidade, onde estes adolescentes cumprem medida socioeducativa de internação. Isto se deu a partir da memória dos tempos de escola que estes adolescentes vivenciaram e da dinâmica escolar em meio fechado.

Smolka (2006) citando Larrosa (2002, p.27) diz que “o saber da experiência, é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal... que não pode separar-se do indivíduo concreto que o encarna”. Logo, se um acontecimento é comum a várias pessoas, a experiência é singular e irrepetível. Assim sendo, podemos dizer que estar diariamente com os alunos internos da Fundação CASA é uma experiência marcante que envolve desafios, perplexidades e descobertas inusitadas. Participar deste ambiente institucional é uma experiência de ousadia, mas é também uma experiência enriquecedora e estimulante. A experiência é “o que (nos) passa, acontece, chega, sucede... É incapaz de experiência aquele que não se ex-põe” (2002, p.26). Uma possibilidade de exposição ao perigo, ao limite, está ligada ao próprio conceito da palavra, como lembra a autora: “experiência traz os sentidos de risco, desafio, prova, tentativa, aventura, resistência... nas raízes históricas da palavra” (p.106)

Contudo, os sentidos de experiência, segundo Smolka, podem ser encontrados no enraizamento da história do sujeito integrando sua identidade, sua singularidade. Reflete a autora que a experiência e o discurso são “lugares de memória”, mas a experiência é também o que “persiste, que perdura, que reitera, que significa”. (p.106)

A experiência em sala de aula aqui retratada permite tratar da educação escolar dos alunos internos e de seu direito à educação. Acreditando que a aprendizagem é mediada pela interação social numa perspectiva sociointeracionista com base nos estudos de Vygotsky, estabeleceu-se a linguagem como um meio para comunicação e o diálogo com os alunos como um instrumento de escuta e de discussão dando voz aos adolescentes sujeitos desta pesquisa.

O resgate de suas lembranças possibilitou que esses adolescentes fossem protagonistas e sujeitos de seu aprendizado ao trazer à memória relatos de dilemas

escondidos em um “lugar comum”, memórias de tempo de escola. A experiência proporcionou descobertas surpreendentes e um novo olhar sobre a escolarização do sistema socioeducativo.

Paulo Freire adverte para a necessidade de interação e troca em sala de aula: “Sou diferente dos alunos! Mas se sou democrático não posso permitir que esta diferença seja antagônica. Se eles se tornam antagonistas, é porque me tornei autoritário.” (1996 p. 117). Logo, a gestão participativa por meio da interação dialógica torna possível a recuperação da oralidade e a história de cada um, contribuindo com o desenvolvimento mútuo e certo sentido de liberdade de expressão.

O diálogo e a reflexão fundamentada em princípios democráticos proporcionam novos paradigmas ao processo de ensino e uma nova percepção da práxis docente. O que pensa o aluno como outro sujeito da relação? O conhecimento deste público contribui para formulação de novas perspectivas pedagógicas?

## **METODOLOGIA**

O adolescente em conflito com a lei traz consigo conhecimento de mundo, vivências peculiares ao seu contexto de vulnerabilidade.

A idéia de dar voz ao adolescente, sujeito da aprendizagem, era compartilhar experiências que embora singulares fossem comuns ao ambiente escolar com a finalidade de estabelecer uma relação professor-aluno mais fundada no diálogo, que pudesse influenciar propostas e ações pedagógicas eficazes no desenvolvimento das atividades e na gestão da sala de aula. A fala a partir do *lugar comum* passa a ser a fala de todos, pois o adolescente lê o mundo e fala pelo coletivo, assim sendo, ouvi-lo é de suma importância. A busca de estratégias é prerrogativa fundamental na prática docente para uma gestão democrática e participativa em sala de aula. Portanto, a observação *in loco* corroborou com tal prática.

Para compartilhar essa experiência utilizamos a metodologia descritiva, apresentando o contexto institucional e o processo de consolidação da proposta de educação formal nas unidades de internação. A pesquisa foi realizada na própria sala de aula de uma unidade de internação da Fundação Casa onde essa

pesquisadora ministra aulas na escola de educação formal na área de Códigos de Linguagem.

As possibilidades de pesquisa em sala de aula são ricas na medida em que o professor observa situações que podem melhorar o rendimento escolar do aluno, e conseqüentemente sua ação em classe. Contudo esse procedimento já faz parte de sua práxis, que ao agir, ele reflita sobre sua ação, tornando a agir novamente, pois, nos lembra Freire, que a práxis "implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo" (1973).

A metodologia investigativa em sala de aula faz parte das estratégias propostas pela Secretaria Municipal de Educação de S. Paulo e se define como aquela que:

“... articula uma proposta de ensino mediada e significativa. Procedimento esse que, quando realizado efetivamente, evita que a experiência aconteça de forma fragmentada, confusa ou puramente emocional. Partindo de uma situação inicial, propõe-se a formulação de um questionamento dirigido e justificado pelo professor, que visa o levantamento dos conhecimentos prévios e a elaboração de hipóteses para o desenvolvimento de pesquisas e outros procedimentos investigativos de busca de informações e documentação (MAZZOLI et alli.s/d).

A proposta de se trabalhar com investigação experimental em sala de aula possibilita a criação de hipóteses e estratégias a fim de aperfeiçoar as atividades em classe e as relações interativas, permitindo uma aprendizagem mais significativa.

Na metodologia investigativa em sala de aula foram utilizados os instrumentos: Perfil Vida Escolar (P.V.E) e questionário de experiências com dilemas escolares - Q.E.D - (Guará, 2002)<sup>7</sup> a fim de resgatar a trajetória escolar dos adolescentes e suas experiências no cotidiano escolar. A partir da elaboração de instrumento formulado com questionamento dirigido, individualmente, a proposta preliminar desta pesquisadora foi de conhecer melhor o perfil da turma.

Os participantes foram questionados sobre dilemas no contexto escolar dentro e fora da unidade de internação. A classe reuniu-se duas vezes no período de aula (50 minutos). O objetivo da pesquisa foi exposto e os jovens foram indagados sobre os dilemas que permeiam a situação em sala de aula. Dentre as questões destacam-se: - De que forma esse tipo de educação contribui para seu

---

<sup>7</sup> Q.E.D: Questionário de Experiências com dilemas escolares readaptado de GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa, "O crime não compensa, mas não admite falhas". Dissertação de Doutorado – PUC/SP – Serviço Social (2000)

desenvolvimento? Qual o papel da escola na medida socioeducativa e qual é a importância da relação e interação entre o professor e o aluno?

Depois do desafio lançado, a pesquisadora sugeriu que pensassem nos seus próprios dilemas ou de seus colegas e no encontro seguinte registrassem através de texto escrito suas opiniões sobre eles. Após a coleta de dados foram destacados os principais dilemas que fizeram parte da trajetória escolar dos adolescentes e suas lembranças da escola. Posteriormente, partiu-se para a análise do conteúdo das produções de texto realizadas por eles.

Nos encontros, a pesquisadora optou por intervir o mínimo possível na fala dos jovens, assumindo posição de ouvinte para não influenciá-los, e conseqüentemente, induzi-los nas respostas. Isto foi feito para que o trabalho fosse monitorado de forma consistente na perspectiva da metodologia investigativa.

As narrativas que surgiram após discussão dos dilemas<sup>8</sup> resultaram do resgate de lembranças vivenciadas num *lugar comum*, a escola, na memória dos adolescentes da pesquisa. Tais narrativas trazem aspectos relevantes de experiências boas e ruins do processo de ensino aprendizagem, retratando situações comuns do ambiente escolar tanto na rede de ensino regular como no sistema socioeducativo.

Na metodologia investigativa, a processualidade se dá na relação entre o controle da atenção e a mediação social entre os atores sociais em sala de aula. A relação professor aluno é uma relação de poder a partir de contrastes culturais, sociais, econômicos e políticos no processo educativo. As exigências para mediar grupos marginalizados buscam na formação docente competências para lidar com essas complexidades, tais como: habilidade na comunicação, repertório cultural, atitude afirmativa e contextualização do conteúdo da proposta curricular.

O professor é mediador, ele possui função mediadora. A mediação é simbólica, mas não é só interna, é produzida nas relações entre as pessoas. A troca de informações entre professor e aluno é uma relação social, pois não há mediação sem a presença do outro.

Portanto, a perspectiva metodológica da pesquisa propôs dentro deste contexto, mediar a construção do conhecimento desse adolescente de forma a expressar interna e externamente: a alegria, saudade, sonho e esperança do

---

<sup>8</sup> Dilema: Segundo o dicionário Aurélio, "um dilema ocorre quando se utiliza um argumento que coloca o adversário entre duas proposições opostas".

universo escolar. Enfatizamos que a formação do docente, além de disciplinar precisa ser sociocultural, humana e que a busca do conhecimento interdisciplinar faz com que o aluno respeite o professor produzindo uma troca significativa nessa relação social.

### **A ESCOLA NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO NA FUNDAÇÃO CASA (SP)**

A escolarização nas unidades de internação é um direito dos adolescentes autores de ato infracional, uma vez que a medida socioeducativa antes de ser meramente sancionária, é de cunho pedagógico, pois muito além disso, toda criança ou adolescente possui a garantia do direito à educação como direito fundamental ao seu pleno desenvolvimento e formação. No plano internacional as normativas que regulamentaram as questões do adolescente em conflito com a lei, das quais o Brasil é signatário são: as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinqüência Juvenil (Diretrizes de Riad), Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da juventude (Regras de Beijing,) e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça e Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente. Há nesses referenciais, orientações e diretrizes em relação às questões educacionais e ao processo de sua reinserção social.

Além das resoluções pertinentes ao projeto de ensino nas unidades de internação definidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que regulam a rede pública de ensino, há também outros referenciais legais que devemos observar no trato com adolescentes em conflito com a lei e seu processo de formação escolar no sistema socioeducativo, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8.069 de 1990, a Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o Plano Nacional de Educação e o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) como projeto de lei que prevê normas para padronizar os procedimentos da execução das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. No artigo 35 do SINASE, entre os princípios indicados destacam-se as orientações pedagógicas com relação ao modelo educativo esperado como o atendimento individualizado, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente, a não-discriminação do adolescente, notadamente em

razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Contudo, a defasagem escolar de muitos adolescentes internos acaba por encaminhá-los para a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os artigos 37 e 38 da LDB que regulamentam a educação de jovens e adultos definem que “ *a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria*”.(art 37). Em 17.03.2009 – nova Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE 82.2009) define que a frequência aos Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) só será permitida aos jovens acima de 16 anos para o Ensino Fundamental e acima de 18 anos para o Ensino Médio.

O novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 contempla especialmente nas Metas 3,8 e 10 algumas intenções que podem viabilizar mudanças importantes na relação entre o adolescente em conflito com a lei e a escola: a universalização até 2016 do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 e elevação até 2020 na taxa líquida de matrículas no ensino médio em 85%; elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres; igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional e também oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Concluindo, podemos dizer que o desafio de se estabelecer uma educação escolar para adolescentes internos, cuja experiência cultural tem se moldado em contexto de violência e exclusão, coloca o desafio de se garantir não apenas o direito à educação, mas também, os direitos humanos. Candau (2008) lembra que “as relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical. Nesse sentido, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional.

O início das atividades escolares nas unidades de internação na Fundação Casa de São Paulo foi em 23 de fevereiro de 1902, quando recebeu seu primeiro interno. Primeiramente, chamou-se de Instituto Disciplinar e localizava-se no distrito do Tatuapé na antiga Chácara do Belém. Tratava-se, na verdade, de uma instituição de internação compulsória<sup>9</sup> para crianças e adolescentes desamparados ou pequenos infratores que deveriam frequentar, aos olhos dos legisladores, uma “escola” de disciplinamento. O ensino regular era ministrado pelos funcionários do próprio sistema socioeducativo que cumpriam as funções docentes, pois todas as atividades aconteciam dentro da instituição (COSTA, 2010). A escolarização dos internos se dava dentro das unidades, sob o argumento da defasagem escolar e também da falta de documentação para regularização das matrículas. No entanto, esta era uma perspectiva de controle disciplinar e de institucionalização da pobreza, mais do que uma preocupação com o direito à educação destes adolescentes.

Logo após a criação da Fundação Pro - Menor<sup>10</sup> em 1974 já se notava um movimento para que alguns internos estudassem em escolas da rede na comunidade, porém como o ensino era seletivo e havia muita repetência ou evasão escolar, a educação escolar acontecia internamente por meio do orientador educacional-pedagógico, inspetores de alunos e monitores-professores (LIMA, 2007). Posteriormente, o governo instituiu a FEBEM/SP- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor que contava com quatorze unidades e passava por uma série de reformulações, mas já havia uma preocupação com o ensino escolar e profissionalizante (COSTA, 2010). Com o número crescente de internações no país nas décadas de 70 e 80, novas unidades foram criadas, e por serem próximas tornaram-se grandes complexos, como por exemplo, o Complexo do Tatuapé que chegou a ter 18 unidades. A educação escolar era baseada na metodologia da educação de jovens e adultos, suplência e alfabetização para compensar a defasagem escolar e havia uma ênfase grande na iniciação profissional com o objetivo de inserção desses jovens no mercado de trabalho. Os alunos dos novos complexos de atendimento da FEBEM/SP, ainda frequentavam aulas na própria unidade, com exceção de uns poucos alunos frequentando escolas na comunidade.

---

<sup>9</sup> Internação compulsória é determinada em casos de processos criminais onde o réu sofre medida de segurança

<sup>10</sup> Fundação responsável pelo atendimento dos adolescentes e crianças “carentes e infratoras” chamou-se Fundação Estadual de Promoção Social do Menor- Pro – Menor. Só mais tarde em 1976 assumiu o nome predefinido pela FUNABEM- Fundação nacional do Bem-Estar do Menor e passou a denominar-se FEBEM/SP, atualmente Fundação Casa.

Havia poucos alunos no ensino médio, que, geralmente, frequentavam as aulas do nível básico prejudicando-os em seu desenvolvimento.

Em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e posteriormente, a LDB em 1996, a obrigatoriedade da escolarização de todos os adolescentes privados de liberdade foi assegurada, buscando-se a melhor alternativa para essa garantia legal. Foram, então, utilizadas as estruturas escolares da Secretaria da Educação juntamente com seus profissionais, mantendo-se a gestão pedagógica sob a responsabilidade da antiga FEBEM/SP.<sup>11</sup>

Atualmente, as unidades estão diretamente ligadas às respectivas diretorias de ensino e vinculadas a uma escola da rede estadual de ensino de cada região. Cada unidade tem aproximadamente quatro salas de aulas para atender a demanda de quarenta e quatro adolescentes, para garantir o que está preconizado nos artigos 53 e 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “todos têm o direito a educação” assegurada à igualdade de acesso e permanência na escola.

As atividades educacionais nas unidades de internação correspondem às da rede de ensino regular. Aos docentes são atribuídas aulas por área do conhecimento e não por disciplina. Há um número reduzido de professores assegurando menor movimentação nas unidades de internação, fator que segundo a instituição contribui para as questões de segurança. O trabalho pedagógico baseia-se na metodologia de projetos interdisciplinares com temas geradores para os quatro bimestres. Além do ensino formal, há atividades culturais, ocupacionais e esportivas com carga horária estabelecida semanalmente ministrada por profissionais da instituição que visam um currículo integrado. O horário das aulas do ensino formal é no período

---

<sup>11</sup> <sup>11</sup>O governo do Estado de São Paulo pelo Decreto 33.063 (12.03.91) transferiu a Escola Oficina de 1º Grau Rosmay Kara José para as instalações do Complexo Tatuapé para atender as demandas escolares e dar cumprimento ao ECA. Em 1994 pelo Decreto 39.275 foi criado o Núcleo Educacional à Escola Oficina como sede das atividades administrativas do processo escolar de todas as unidades da Fundação Casa. As salas de aula das unidades eram vinculadas à Escola Oficina que posteriormente, a Secretaria da Educação em parceria com a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social iniciou o processo de vinculação das salas de aula das unidades às escolas regionais mais próximas - escolas da rede de ensino- que foram denominadas, escolas vinculadoras (COSTA, 2010). A educação escolar assume a responsabilidade pelo atendimento dos adolescentes em conflito com a lei. Os professores que atendiam a escola oficina Rosmay Kara José foram recolocados e os professores da rede de ensino passaram a ministrar aulas aos adolescentes em conflito com a lei garantindo-lhes os direitos estabelecidos no ECA. Os alunos das unidades do Complexo do Tatuapé do “circuito leve” (adolescentes primários, delitos leves com faixa etária entre 12 e 15 anos) freqüentavam a escola Rosmay Kara José. Os do “circuito grave” (adolescentes com delitos graves e reincidência) eram atendidos diretamente nas unidades. Após inúmeras rebeliões nesse complexo, o governo do estado iniciou sua desativação em 2005, acelerando o processo de descentralização das unidades a fim de municipalizar o atendimento socioeducativo (COSTA, 2010).



matutino e vespertino no mesmo padrão das escolas da rede estadual de ensino. As atividades complementares acima descritas são realizadas no contra turno.

Lopes (2006, p.144) em sua dissertação de Mestrado sobre a Escola da FEBEM mostra a ambigüidade da presença da escola na instituição mostrando que... "Se de um lado ela é cooptada pela lógica disciplinar da instituição, por outro, ela atua como um lembrete incômodo da humanidade dos adolescentes internados." Apesar do ambiente de controle e segurança das unidades de internação, é nas salas de aula que os adolescentes têm os limites da pressão e controle disciplinar diminuídos. Não há reservas, eles podem expressar-se sem importar-se com sua condição de privação de liberdade e por algum tempo, esquecem-se de sua realidade. São alunos como outros quaisquer, cheios de incertezas, imediatistas, contestadores, enfim com as características próprias de sua jovialidade.

A lembrança da escola para os adolescentes é ambígua, pois há lembranças boas e ruins. Quando se vêem cumprindo medida socioeducativa de internação, são obrigados a frequentá-la, embora, para alguns, isto ajude a passar o tempo. Para outros adolescentes, a escola na unidade é parte das obrigações compulsórias do "castigo"; mas, há ambigüamente, certa gratificação com a escola, pois muitos deles, fora da instituição estavam evadidos do sistema escolar, e têm ali uma oportunidade de estudar que não acontece quando está fora da instituição fechada.

A escola passa a ser admitida como um "mal necessário"; a escolarização é importante, porém o processo é doloroso, principalmente no tocante a frequência, a rotina escolar.

Brandão (2000) verificou que entre os adolescentes da FEBEM /SP no final dos anos 90, apenas 2,7% estavam acima da 8ª série. Atualmente, porém, a situação mostra uma clara evolução destes dados, sobretudo na última década, reflexo de políticas públicas na área da educação como a obrigatoriedade da permanência na escola, maior número de alunos matriculados no ensino fundamental, progressão continuada, a questão dos ciclos<sup>12</sup> e, conseqüentemente a democratização do ensino. Dados do Relatório de junho de 2011 da Gerência

---

<sup>12</sup> De acordo com Freitas (2003) os ciclos de formação constituem uma nova concepção de escola para o ensino fundamental, propõem o agrupamento dos estudantes onde crianças e adolescentes são reunidos por suas fases de formação: Infância (6 a 8 anos); pré-adolescência (9 a 11) e adolescência (12 a 14). A criança tem tempo e espaço para aprendizagem da proposta curricular até o final de cada ciclo com o objetivo de superar dificuldades históricas do processo educativo no Brasil com problemas de exclusão e evasão escolar.

Escolar da Fundação CASA mostram a existência de 18,6% da população de internos no Ensino Médio.

O adolescente em conflito com a lei, no seu imaginário, sabe da importância da escola, mas tem pouca consciência de seu significado para sua promoção social. A escola só teria sentido em seu caráter utilitário, pois o imediatismo da questão financeira por meio ilegais prescinde da frequência escolar, prevalecendo sobre todas as demais situações que o cerca.

A escola no imaginário do adolescente pode ser vista como lugar de controle que se dá por meio das relações, e também da organização do espaço escolar, das regras e rotinas próprias do processo de escolarização no sistema de ensino.

“Ame-a ou deixe-a” esse é o paradoxo da relação dos alunos com a escola, principalmente, a do sistema público. “Ame-a” porque é necessária à formação do cidadão, lugar de espaço de relações e, muitas vezes, único lugar de socialização. “Deixe-a” se a considerarmos um espaço não atrativo e sem sentido. Mas isto é possível? A educação é direito ou dever? Estas ambiguidades nos mostram que a educação escolar é apenas uma face da questão do adolescente que comete delitos. As experiências escolares desse sujeito estão também influenciadas pela ausência ou presença de outros direitos sociais. Outros fatores de proteção social terão que ser integrados, como os serviços e programas da rede social de saúde, habitação, lazer, etc.

Como diz Sarmiento (2002) a respeito da educação:

Construir a educação como proteção social significa duas coisas: primeira, que a educação é uma componente que só faz sentido quando associada às outras componentes das políticas sociais que podem realizar a inclusão social: políticas de saúde, de habitação, de solidariedade, e proteção social etc. Esta é uma questão, sobretudo, de projeto político enfatizador da dimensão da inserção e participação social (pag. 279).

A sociedade e nação que se preocupa com o futuro de suas crianças e adolescentes precisa executar e integrar políticas públicas eficazes a fim de ampará-los e promover seu desenvolvimento. Os referenciais legais do direito à educação do adolescente asseguram este direito e consideram também que é dever do adolescente ir à escola, dentro ou fora da unidade de internação.

Freire (1996) nos lembra que a escola é um entrelaçamento de “gentes” que se relacionam criando redes de novas relações:

“A Escola é: o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima: Coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados". Nada de conviver com pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela. Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (p.36)

A escola da Fundação CASA como espaço de relações constitui-se como um dos lugares em que a questão da relação professor aluno pode ser uma variável importante de estudo. Neste âmbito verificam-se vários tipos de interações que dependendo da intencionalidade, podem influenciar o desenvolvimento do educando uma vez que, para a maioria dos alunos é a única oportunidade que tem de adquirir conhecimento, desenvolver suas habilidades e competências, deixando de ser apenas mais um número estatístico de fracasso escolar. Gadotti (2008) reforça esta reflexão quando assinala que:

“a escola é um espaço de relações. Nesse sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora, ela tem um papel essencialmente crítico e criativo.” (GADOTTI, 2008 p. 92)

Discutimos neste estudo alguns aspectos da relação professor aluno em que a falta de diálogo pode interferir nas relações de aprendizagem. A retrospectiva da trajetória escolar dos adolescentes em conflito com a lei propôs identificar em que esse fator influenciou sua vida escolar e como se dá esse fator na escola do sistema socioeducativo tendo em vista o cerceamento de sua liberdade de expressão dentro desse contexto.

## **A RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

A percepção experimentada no cotidiano institucional desta pesquisadora na sala de aula da escola formal com alunos que cumprem medidas socioeducativas

em meio fechado (unidades de interação) é a de que há mais eficácia na aprendizagem e na motivação quando se prioriza o diálogo nas relações interpessoais. Sabemos, entretanto, que há outros fatores que também têm peso importante nesta aprendizagem. O conhecimento da trajetória escolar do aluno bem como do seu contexto pessoal e social, certamente contribuem para a compreensão das questões que surgem na gestão da sala de aula com alunos com esse perfil, levantando indicadores para construir uma metodologia adequada a ser aplicada na formação docente.

Lev Vygotsky<sup>13</sup> considerava que o processo de escolarização da criança tem um papel decisivo na construção de seus próprios processos mentais que se dão na interação social, uma vez que, a criança no contato com adultos mais experientes apropria-se de conhecimentos construídos socialmente. Nesta visão o papel da linguagem é considerado fundamental na relação de aprendizagem.

Comentando a produção de Vygotsky sobre as “possibilidades específicas de desenvolvimento do pensamento pelas práticas escolares com a mediação cultural” Cavalcanti (2005, p.203) considera adequado que se veja a co-existência de diversos modos de pensar em diferentes culturas, encarando “o papel da cultura escolar na formação de processos superiores de pensamento” como aspectos comuns da “psicologia histórico-cultural e das orientações interculturais para as práticas escolares”.

Partindo dessa perspectiva pode-se redefinir o papel da escola e do trabalho pedagógico com adolescentes cuja cultura familiar e comunitária, muitas vezes, entra em confronto com a cultura universal. Deve-se observar uma orientação intercultural para a aprendizagem, pois as crianças e os adolescentes internalizam seus novos conhecimentos numa via de mão dupla com a influência decisiva do contexto social no qual estão inseridos mediante uso de instrumentos de mediação, trazendo elementos de sua própria cultura e adquirindo novos conteúdos culturais.

Vygotsky via o professor como um mediador que:

“...deve propiciar a expressão, a comunicação da diversidade de símbolos, significados, valores, atitudes, sentimentos, expectativas, crenças e saberes que estão presentes em determinado grupo de alunos, que vive em contexto específico, esforçando-se para entender como cada grupo em particular elabora essa diversidade e

---

<sup>13</sup> Lev S. Vygotsky (1896-1934): Professor e pesquisador russo nos campos da psicologia e pedagogia. Dedicou-se toda sua vida profissional ao ensino, não apenas como um teórico pelos temas da Educação, mas também na prática como professor de Literatura, Estética, História da arte e Psicologia

para promover o diálogo entre as diversas formas dessa elaboração (Cavalcanti, 2005. p.203).

Pensando nessa relação educativa a partir dos pressupostos de Vygostky, a pesquisa que realizamos evidencia que a relação professor-aluno traz aos adolescentes que frequentam as aulas na unidade de internação a história de sua vida escolar. Tal história mostra que duas variáveis pareceram relevantes: a falta de diálogo e de motivação destes para estudar e manter-se no processo educativo.

A interação social é fundamental na aquisição da aprendizagem e o poder da linguagem é essencial nessa relação. Por isso, o distanciamento, a desmotivação e a falta de diálogo são fatores que interferem no processo de ensino. O professor é um dos elos dessa relação na sala de aula e tem a tarefa de auxiliar o aluno a conhecer-se e capacitar-se para continuar evoluindo por meio da reflexão e da construção do senso crítico. O desafio desta ação é que nem sempre o professor consegue estimular o interesse do aluno e garantir uma interatividade produtora de aprendizagem dos sujeitos na sala de aula.

Todos os estudantes são marcados positiva ou negativamente por algum professor. Como escreve Freire (1996), há professores de vários tipos:

“o professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca”. (pag. 96)

As prerrogativas sobre a função do professor segundo o artigo 13 da LDB (1996) são bastante complexas e se ampliam quando ele se depara com o dia-a-dia das escolas: participa da elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP) da escola, elabora e cumpre o plano de trabalho, zela pela aprendizagem dos alunos, estabelece estratégias de recuperação para aqueles de menor rendimento, ministra o conteúdo de sua disciplina nos dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A relação professor-aluno está implícita na função docente ligada à aprendizagem dos alunos, mas a cobrança e a pressão social sobre a escola e os

docentes vão além de suas funções e eles se sentem impossibilitados ou limitados em relação a isto, tendo que responder por questões que, muitas vezes, estão além de suas qualificações profissionais.

Além de sua formação inicial, o docente ao longo dos anos adquire saberes que constituem sua práxis<sup>14</sup>. Nesses saberes, a rotina da sala de aula exerce um papel de relevância, pois há um encontro entre professores e alunos, para construir e reconstruir o saber. Há um aprendizado mútuo, uma vez que se trabalha teoria e prática para se buscar o novo, fazendo com que ambos saiam reformulados. Logo, quem ensina, também, aprende num efeito de ação-reflexão-ação contínua. Como afirma FREIRE (1991) “o diálogo não é apenas um método, mas uma estratégia para respeitar o saber do aluno que chega à escola. [...] O diálogo pressupõe o amor ao outro”. (pag.77)

O diálogo nas relações interativas possibilita um ambiente propício à aquisição de novos conhecimentos e aprendizagens, desenvolvendo competências e habilidades que se farão presentes por meio da transmissão de saberes adquiridos construídos historicamente e estabelecidos de uma geração à outra geração.

O tema que nos anima nesta pesquisa focaliza especialmente essa interação entre os dois sujeitos do processo educativo e suas implicações nas vivências escolares relatadas por adolescentes em conflito com a lei de uma unidade de internação.

Além dos aspectos dialógicos há vários fatores que podem interferir na falta de motivação do aluno na escola, que pode estar insatisfeito com a finalidade ou o significado da aprendizagem para sua vida. No contexto específico de sala de aula, o aluno na maioria das vezes, não consegue fazer uma relação prática entre o que se aprende na escola com sua vida, por mais que se faça um recorte da realidade através da transposição didática.

As atividades rotineiras e específicas do contexto das “quatro paredes” não são atraentes aos alunos com às outras atividades, tais como: lazer, trabalho profissional e esporte. Note-se que as aulas de educação física, atualmente, são as preferidas entre o alunado.

Não se podem desconsiderar os conhecimentos prévios do aluno e o contexto social no qual está inserido, seu cotidiano, seus limites e interesses e, sobretudo a

---

<sup>14</sup> Práxis docente: prática pedagógica baseada na “ação-reflexão-ação” entre sujeitos que se engajam comprometendo-se com a transformação social. (Gadotti 1995)

contribuição de sua cultura para o conhecimento universal. “Não há saberes maiores ou menores, há saberes diferentes” (Freire, 1973). Há, também, espaços e itinerários diferentes de aprendizagens.

## **A HISTÓRIA ESCOLAR DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

A história escolar dos adolescentes autores de ato infracional é permeada de idas e vindas, ora no ensino regular ora no sistema socioeducativo. A maioria desses jovens estava, antes de ser privado de liberdade, fora dos bancos escolares. Quando são internados passam a frequentar a escola, que inicialmente passa a ser percebida por eles como parte integrante do processo de punição.

Geralmente, o percurso do adolescente em conflito com a lei e a escola é marcado por desgostos e frustrações. Histórias de repetidos fracassos, questões indisciplinares e discriminação são alguns fatores que contribuem para isto.

Estes adolescentes sabem da importância social da escola, porém não a vêem como prioridade no sentido real da função que a escola deva ter quanto ao ensino-aprendizagem. Quando indagados sobre a escola, descartam a possibilidade de frequentá-la, mas trazem consigo a lembrança de episódios memoráveis do tempo escolar na relação com colegas e situações do cotidiano escolar.

Por outro lado, a escola também cumpre sua função no sistema socioeducativo uma vez que somente neste contexto é que a maioria dos adolescentes tem acesso à educação formal. Muitos deles, antes de serem privados de liberdade estavam evadidos do sistema de ensino e somente quando adentram no sistema têm oportunidade de frequentar a escola. Quando saem em liberdade não continuam os estudos. Não se pretende aqui investigar a qualidade dessa educação, mas destacamos a sua importância para essa parcela da sociedade muitas vezes excluída do processo regular de ensino.

Embora uma escola numa unidade de internação possa servir de controle, também pode servir de veículo de formação e cidadania àqueles que estão nesse sistema fechado, dando-lhes a possibilidade de conhecer e refletir sobre conteúdos que, mesmo desvalorizados, são importantes para sua evolução humana e social.

## **Quem são os adolescentes da pesquisa: perfil e vida escolar**

Os adolescentes que participaram desta pesquisa são alunos de uma unidade de internação – UI, pertencentes à classe de ensino médio da Fundação CASA de São Paulo. São adolescentes que estão sob tutela do Estado e cumprem medida de internação em privação total de liberdade que não pode ultrapassar três anos. Semestralmente são avaliados pelas equipes técnicas e sua medida pode ser revista diminuída ou mantida por mais tempo.

Os adolescentes, sujeitos deste estudo cursam o ensino médio no período matutino com seis disciplinas diárias na fase Inicial desta unidade que possui 25 jovens que frequentam a escola formal, em classes multisseriadas, sendo 3 (três) no nível 1 (1ª a 4ª série), 15 (quinze) no nível 2 (5ª a 8ª série) e 7 (sete) no nível 3 (1ª a 3ª série) do ensino médio.

A unidade de internação de meio fechado desta pesquisa possui cinquenta adolescentes reincidentes em duas fases denominadas de Inicial e Progressão. Os jovens adentram na unidade na fase Inicial e, à medida que cumprem a medida socioeducativa passam para a fase seguinte denominada Progressão podendo regredir à fase inicial se houver quaisquer problemas comportamentais. A mudança de fase para o adolescente faz parte do cumprimento do PIA (Plano Individual de Atendimento)<sup>15</sup>, uma exigência legal relacionada ao estudo de cada caso e adotada pelas unidades de internação da Fundação Casa.

Os adolescentes são do sexo masculino, estão na faixa etária entre 16 e 18 anos e são oriundos da zona norte, leste e sul da capital paulista, baixada santista e interior do estado de São Paulo. São jovens reincidentes com várias passagens pelo sistema socioeducativo.

Em geral, os adolescentes dizem não ter muitas lembranças boas da escola da rede de ensino regular. Durante sua trajetória escolar trocaram de escola várias vezes, mas possuem vasto conhecimento de mundo devido ao contexto social que estão incluídos ou “excluídos” como diria Freire (1996) “... não são tábuas rasas”. A lembrança da escola é geralmente associada ao fracasso escolar, desprezo, desgosto, expulsão e fazem parte das estatísticas dos evadidos da escola. Para muitos deles a vida escolar foi marcada por atos indisciplinados, mas há certo

---

<sup>15</sup> Plano Individual de Atendimento – PIA: levantamento do histórico de vida do adolescente em conflito com a lei realizado pela instituição Fundação Casa nas unidades de internação.



saudosismo proporcionado pelas brincadeiras infantis e o coleguismo do tempo escolar.

O quadro a seguir retrata o perfil do aluno desta classe obtido por meio do preenchimento de questionário pelos adolescentes relatando sua trajetória escolar:

Quadro 1- Perfil e experiência escolar dos adolescentes

	ADOLESCENTE 1	ADOLESCENTE 2	ADOLESCENTE 3	ADOLESCENTE 4	ADOLESCENTE 5	ADOLESCENTE 6
DADOS PESSOAIS	(idade 16 anos): nasceu no Japão (mãe brasileira e pai japonês)	(idade 17 anos) nasceu em SP	idade 18 anos nasceu em SP	(idade 18 anos) nasceu em SP	(idade 18 anos) nasceu em SP	(idade 18 anos) nasceu em SP
DADOS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO	Cursa a 1ª série do ensino médio. Iniciou seus estudos com 5 anos, aprendeu a ler na 2ª série, trocou de escola por 3 vezes e já interrompeu os estudos. Estudou em escola municipal	Cursa a 1ª série do ensino médio. Iniciou seus estudos com 5 anos, aprendeu a ler com 6 anos, trocou de escola e estudou em escola particular e já interrompeu os estudos.	Cursa a 1ª série do ensino médio. Iniciou seus estudos com 7 anos, aprendeu a ler antes mesmo de entrar na escola, trocou de escola 2 vezes, estudou em escola estadual e já interrompeu os estudos.	Cursa a 2ª série do ensino médio. Iniciou seus estudos com 7 anos, aprendeu a ler com 8 anos na 2ª série, trocou de escola 2 vezes, estudou em escola municipal e já interrompeu os estudos.	Cursa a 1ª série do ensino médio. Iniciou seus estudos com 6 anos, não lembrava de quando havia aprendido a ler, trocou de escola 3 vezes e estudou em escola dual e já interrompeu os estudos.	Cursa a 2ª série do ensino médio. Iniciou seus estudos com 5 anos, aprendeu a ler na 4ª série, trocou de escola 5 vezes, estudou em escola municipal e já interrompeu os estudos.
DISCIPLINA QUE MAIS SE IDENTIFICA	História e Geografia	Gosta de estudar (não especificou)	Filosofia e Português	Língua Portuguesa	Matemática	Matemática
LEMBRANÇAS DA VIDA ESCOLAR	Indisciplina escolar: algumas incidências com fogo ao patrimônio da escola e no cabelo de uma colega	Quando foi expulso	Momentos ruins (não especificou)	Ótimas (não especificou)	Muitas (não especificou)	Várias de atos disciplinares, expulsão
TEMPO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	1 ano e 6 meses	Várias passagens no total 3 anos	1 ano e 7 meses	Várias passagens num total de 3 e meio	1 ano e 4 meses	Desde 2007
PERCEPÇÃO SOBRE A ESCOLA	Importante porque sem estudo não se é nada	Lugar de aprendizagem	Meio de adquirir conhecimento	Abre portas para uma vida digna	Local onde obtenho conhecimento	O futuro se resume nela
ESCOLA DA FUNDAÇÃO	Boa. Porque mesmo preso se aprende	Boa. Passei boa parte nela	Professores bons e material ruim	Um meio de o jovem em conflito com a lei se ressocializar e ampliar seu conhecimento	Regular	Melhor do que a lá de fora
RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO	Boa. Vejo professor como mestre	Boa. Vejo professor como pessoa comum	Boa. Vejo o professor como facilitador	Boa. Vejo professor como um mestre	Boa. Vejo professor como mestre	Boa. Vejo professor como facilitador
AUTO-AVALIAÇÃO COMO ALUNO	regular	regular	regular	Boa	regular	Boa
SITUAÇÃO NA ESCOLA QUE PODERIA TER INFLUENCIADO NA APRENDIZAGEM	Motivação, porque quando se passa por uma cadeia é desprezado	Falta de diálogo - Distanciamento na relação professor aluno	Não opinou	Não opinou	Falta de diálogo - Distanciamento na relação professor aluno	Freqüentava a escola só pra "zuar" (bagunçar)

Percebemos ao observar os quadros do perfil escolar que os adolescentes em conflito com a lei entraram no sistema de ensino regular e aprenderam a ler e escrever em conformidade com a seriação e faixa etária correspondentes, exceto o adolescente do quadro 3 que, apoiado pelos familiares, aprendeu a ler antes mesmo de entrar na escola. Todos, sem exceção, interromperam seus estudos em algum momento do percurso escolar, mesmo relatando a importância da escola em suas vidas, oscilam entre momentos bons e ruins.

### **A imagem da escola no sistema socioeducativo**

Ao mencionarem o processo de escolarização da unidade de internação, os adolescentes foram quase unânimes em classificá-lo como bom e significativo para seu aprendizado, tendo em vista o longo período de internação e reingressos no sistema socioeducativo. A auto-avaliação do desempenho escolar contrasta com a auto-imagem. É perceptível o aspecto da auto-estima, reflexo de sua trajetória de fracasso escolar. Contudo relataram que há um ganho considerável da progressão serial dentro da medida socioeducativa, portanto, diminuindo a defasagem escolar.

Identificamos na pesquisa que os adolescentes relatam a importância da escola na medida socioeducativa em meio fechado, pois desta forma não interrompem o processo de desenvolvimento educacional, e mesmo privados de liberdade mantêm o percurso escolar.

### **A imagem do professor na socioeducação**

A relação com o docente é considerada boa, interativa, mesmo porque há ausência de grandes problemas disciplinares na sala de aula dentro da instituição. Rebeliões e motins acontecem por outros fatores que aqui não discutiremos por ultrapassarem os limites desta pesquisa. Ressaltamos que as justificativas da indisciplina relatadas por esses adolescentes quando frequentavam o ensino regular são corriqueiras e comuns a qualquer aluno de qualquer escola, ou seja, não são razões suficientes para seu afastamento da escola. O que nos leva a perceber que nem sempre há uma relação da indisciplina com a infração. Porém, a evasão e exclusão do ambiente escolar como já dissemos e outros fatores podem contribuir para tal fato.

Outro aspecto evidenciado nas discussões sobre os dilemas escolares aponta para a importância do diálogo no processo ensino aprendizagem, atenuando situação extraclasse que podem determinar o baixo interesse ou atenção do aluno durante as aulas. Porém, se houver uma disposição à escuta e o diálogo entre professor e aluno ele se sentirá mais confortável em se expressar.

A falta de diálogo mencionada por três adolescentes corrobora com a hipótese levantada na pesquisa como fator de dificuldade na aprendizagem e distanciamento.

Na escola da Fundação, as relações institucionais no contexto de privação de liberdade influenciam na motivação. Quando o diálogo é possível, em alguns momentos em sala de aula, o aluno esquece-se de sua condição de infrator e sente liberdade para falar e sentir. Devido ao número menor de alunos é favorável para o professor dar tratamento individualizado ao adolescente, incentivando-o a desenvolver-se plenamente, refletindo sobre sua vida a partir dos conteúdos didáticos e das abordagens pedagógicas oferecidas. A questão da motivação foi citada por um deles, no tocante, ao desprezo ao saber da condição de egresso do sistema socioeducativo.

Enfim o que surpreende é que os jovens querem ser ouvidos e a comparação entre as escolas de fora e de dentro da instituição é inevitável. Na instituição, a relação professor aluno é facilitada pela função mediadora do professor, mas, além disso, há a possibilidade da escuta, de dar voz, do diálogo. Além das questões cotidianas de aprendizagem, não há possibilidade dos adolescentes vivenciarem outras atividades que constituem o espaço habitual de uma escola. Essas lembranças não se apagam com o tempo, memórias de uma infância que se perdeu ou que lhes foi roubada.

### **A escola: Inclusiva x exclusiva**

Notamos a importância da instituição escola no imaginário desses adolescentes, a escola que primeiramente os acolheu, é aquela percebida de forma inclusiva, que proporcionou-lhes momentos memoráveis conforme os relatos transcritos abaixo:

“A escola é o lugar onde você aprende a se comunicar, se impor nas situações da vida e as amizades que se obtém ao conhecer pessoas que são boas e fazem com que você possa confiar. A escola é tempo de aprender a ler, a escrever para poder ser alguém na vida e ter uma boa escolaridade”. (adolescente 1)

“A escola pra mim mudou muitas coisas na minha vida, desde o primeiro dia de aula até hoje, aprendi a me dedicar mais às pessoas, e ao mesmo tempo, aprendi as leis da vida e dos costumes humanos, quando comecei a estudar tinha muitos professores que trabalhavam na base do diálogo”. (adolescente 3)

“Oh... tempo que não volta mais, ficou para trás, os dias de minha juventude acabou e as brincadeiras de lá se foi, não consigo repetir o que me fez tão feliz, agora tudo mudou e novo destino o meu caminho traçou, queria ser policial e só posso lembrar daquele Natal que decidi ser jogador de futebol... (Antologia escolar, adolescente 4)

No trecho a seguir retratamos o que é habitual na trajetória escolar desses adolescentes que durante a fase regular do processo ensino aprendizagem, a escola que outrora foi inclusiva, posteriormente, foi fator excludente e não fator de proteção social:

“Em 2006, a escola era maior bagunça! Eu naquela época, só cabulava aulas para ir à lan house. Basicamente nem via a cara do professor. Depois de um tempo, comecei a frequentar as aulas, passou três meses fui regredido de série. Em 2007, comecei as aulas de cabeça erguida. Fiz duas provas e parei de comparecer as aulas. Repeti o ano de novo! Em 2008 nem ia mais à escola, abandonei as minhas aulas, não fui mais nem na porta da escola. Fui preso. Fiquei 45 dias. Saí da FEBEM no dia 07/12/08. Fiquei na rua um mês, depois fui preso no dia 21/01/2009. Só desse jeito eu passei de ano, fechei um ano e oito meses preso e saí com 2º ano completo.” (adolescente 2)

Embora saibamos que vários fatores contribuem para o fator de exclusão, o relato acima está em conformidade com as estatísticas de evasão escolar, e conseqüentemente, a entrada dos adolescentes na criminalidade. A educação é direito público subjetivo, a escola, operacionaliza esse direito na vida das crianças e adolescentes em situação de risco. Por isso, é necessário criar planos e

metodologias para mantê-los nos bancos escolares evitando riscos. A escola deveria ser antes de tudo um fator de proteção.

Para as crianças e adolescentes, a escola torna-se a única oportunidade até mesmo de sobrevivência, pois além de sua função primordial que inicialmente seria de garantir o processo ensino aprendizagem, ela também, toma outra dimensão e amplitude social, ultrapassando os conceitos originais e conseqüentemente a sua finalidade. É nela que se aprende e, além disso, se come, brinca, socializa, etc.

Nos últimos anos ações afirmativas como o processo de democratização do país, o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos por meio do ECA, marco de referência legal, a mobilização da sociedade para garantir esses direitos vêm propiciando elaboração de novas políticas de atendimento e garantia de proteção infanto-juvenil, exigindo do poder público políticas públicas eficazes a essa parcela da sociedade.

A obrigatoriedade de inserção das crianças no ensino fundamental com a criação de incentivos às famílias, tais como os programas: Bolsa Família<sup>16</sup>, Leve Leite<sup>17</sup> e outros atrelados à frequência e permanência do aluno na escola, a reformulação das propostas curriculares de ensino, os ciclos, seriação e novos paradigmas de avaliação contribuem para o desenvolvimento de suas competências e habilidades proporcionando maior acesso de crianças e adolescentes à educação. O sistema de garantia de direitos que compreende entre eles o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, órgãos do sistema de Justiça como o Ministério Público, as Varas da Infância e Juventude, Defensorias, Delegacias Especializadas e outros têm reforçado o direito de crianças e adolescentes à educação.

Vale ressaltar que os adolescentes provenientes desses bolsões periféricos da capital e de outras regiões marginalizadas do estado de São Paulo possuem

---

<sup>16</sup> Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. (Fonte: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome).

<sup>17</sup> O Leve-Leite é um programa criado em 1995 pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que tem como objetivo diminuir os efeitos da pobreza sobre a saúde e desenvolvimento da criança, combatendo a desnutrição da população pré-escolar e escolar. Para isso, são distribuídas latas de leite em pó integral a crianças da Rede Municipal de Ensino Fundamental, de Educação Infantil e de Educação Especial, Creches Municipais e Conveniadas.

lembranças positivas da escola, onde eles iniciam sua interação social promovendo sua entrada em um mundo fora do contexto familiar; uma socialização em que aprendizagens e afetos se misturam. Percebe-se que mesmo em lares que parecem pouco protetivos, há espaço para a atenção que estimula a autoestima. Constatamos essas reminiscências nas observações transcritas de um adolescente num dos textos escritos em sala de aula:

“A escola me fez lembrar os bons tempos da minha vida que sei que não voltam mais e esses bons tempos que me refiro é a amizade entre colegas que a gente conhece fora de onde a gente mora, a ajuda que a gente dá para aquela colega bonitinha que mais tarde acabara em beijos. Os jogos interclasses da escola que o time de cada classe se enfrentavam no campeonato e a cada gol da classe as meninas vibravam muito e sem contar o fundamental de tudo, a aprendizagem que a gente adquire no decorrer desse tempo e sem contar que isso me entusiasmava muito a estudar, porque quando eu tirava notas boas minha mãe ficava muito orgulhosa de mim e isso me deixava muito feliz e motivado a estudar cada vez mais para tirar boas notas. A escola é a fase fundamental na formação de um ser humano porque sem escola a gente não adquire boas coisas nessa vida, por isso, todos nós se queremos ter um bom futuro não podemos deixar de estudar porque a escola é um alicerce da nossa vida profissional. Tenho muitas saudades de estudar lá fora, pois era uma fase muito legal da minha vida que eu queria passar pela última vez.” (adolescente 4)

Nota-se na fala do adolescente acima a importância da instituição escola na sua vida, lembranças boas em que o processo de aprendizagem se dava pela interação com os outros.

Conforme o sociointeracionismo de Vygotsky, o meio, a cultura e o contexto social interferem nesse processo de construção de identidade do sujeito. Há também a questão da motivação no acompanhamento desse processo pelos entes mais próximos, no caso acima, o adolescente ficava feliz e motivado em progredir para ser o orgulho da mãe. Vemos também que em algum momento isso foi interrompido, e que, embora tenha continuado seus estudos na medida socioeducativa, deseja retomar sua escolarização no processo regular para segundo ele ter uma lembrança da formatura do ensino médio.

As lembranças dos adolescentes de situações escolares como foco de análise traz o sujeito da experiência que não se separa do contexto, singularidade, há a importância do particular, do cotidiano, a relevância da palavra (diálogo) são valores da história que caracterizam conflitos. Há a premência de buscar compreender os sentidos da experiência na escola enquanto instituição social na contemporaneidade. A experiência em sala de aula, o texto dos alunos, a função mediadora da professora retrata a experiência e a posição social de quem convive de perto, de dentro com a precariedade e vulnerabilidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A busca de uma nova abordagem metodológica para a relação com estes alunos está pautada nos direitos humanos fundamentais e na crença da necessidade de se assumir atitudes e práticas pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento escolar do adolescente, valorizando especialmente uma escuta mais atenciosa. Conhecer melhor a opinião dos próprios alunos sobre sua relação com os professores na escola nos levou a encontrar tanto respostas esperadas como aprendizados novos.

A pesquisa, também, proporcionou aos alunos uma nova experiência que lhes possibilitou entender a dinâmica do processo educativo. A partir dessa experiência ficou evidente que o caminho possível para uma boa relação destes adolescentes com a escola depende de uma ação educativa eficaz com mais regularidade e motivação e com uma proposta pedagógica vinculada à sua vida concreta. O ser humano nasce potencialmente inclinado a aprender, necessitando de estímulos externos e internos (motivação, necessidade, diálogo) para o aprendizado.

Essa pesquisa buscou situar os sujeitos-adolescentes e o espaço escolar onde se estabelece essa relação, pois quanto menor for a distância entre os envolvidos no contexto de escolarização, melhor será o caminho até o conhecimento e a efetiva melhora da gestão da sala de aula com alunos com histórias de indisciplina, abandono e evasão escolar.

Precisamos aprender como os alunos aprendem para que possamos de fato ensiná-los, mantendo-os interessados na aprendizagem. Hoje, o aluno é desinibido, comunicativo, pergunta e interfere com muito desembaraço na dinâmica da sala de

aula, pois dispõe de informações midiáticas em demasia. A contemporaneidade aponta para uma visão global do aluno, então, conhecê-lo ajudará a entender a dinâmica da sala de aula.

A questão da subjetividade do adolescente em conflito com a lei, com toda singularidade tem que ser levada em conta para se compreender e se estabelecer relações interpessoais mais favoráveis de aprendizagem escolar. Pode-se concluir que a interatividade que se estabelece entre professor e aluno em sala de aula dentro e fora da instituição de privação de liberdade é um desafio que ainda merece ser trilhado caso pretenda garantir seu direito à educação.

Não há como negar que há diversos fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizagem dos adolescentes que se envolvem em delitos, e que há uma velada ou explícita rejeição do sistema de ensino em aceitá-los depois da internação. Porém, devemos oportunizar espaços de aprendizagens para esses adolescentes na internação dando-lhes oportunidades para adquirirem conhecimento por meio da educação formal. Referindo-se aos adolescentes autores de ato infracional é necessário antes de tudo quebrar paradigmas, preconceitos, etiquetamento<sup>18</sup>, que é a exclusão da exclusão. Muitos adolescentes perguntam às professoras porque elas escolheram dar aula na instituição, como se o lugar fosse impregnado de repugnância. Isto faz lembrar o que disse uma colega desta pesquisadora, uma ex-professora, referindo-se à instituição: é um “*lugar de humilhação*”. Pra quem? Pra quem lida com eles? Pra eles que também possuem esse mesmo pensamento sobre si?

É preciso ter um olhar de esperança de recomeço e não é fácil retomar um caminho, principalmente, omitindo ou excluindo-lhes o conhecimento, mas é possível incentivá-los a acreditar que podem fazê-lo.

Quando há prioridade da pena, “punição”, em detrimento da educação, retrocede-se no desenvolvimento da garantia de direitos e no processo de constituição da identidade do sujeito.

A necessidade de se assumir atitudes e práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento escolar da criança e do adolescente a partir de uma escuta

---

<sup>18</sup> Teoria do etiquetamento: busca explicar porque a falta de beleza física está conectada ao crime, rótulos que são colocados por todas as pessoas em todas as demais com as quais há contato visual gerando pre-juízo quanto à aparência do outro que automaticamente impele certas reações instintivas como aproximar-se do belo e afastar-se do feio.



mais atenciosa exigem uma presença pedagógica efetiva<sup>19</sup> que se faz urgente e que não pode prevalecer somente como indicação teórica porque teoria e prática são indissociáveis na práxis docente. Os docentes devem utilizar práticas investigativas que possibilitem uma ação eficiente dentro do contexto escolar dentro e fora da Fundação CASA levando em conta princípios e valores democráticos sem deixar de lado a singularidade dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Há que se mudar o olhar para o sistema educativo, e conseqüentemente, para o processo de escolarização na medida socioeducativa, buscando novas metodologias de ensino. O espaço institucional precisa ser revisto, pois, atualmente a estrutura arquitetônica da sala de aula não consegue atender essa demanda de alunos contemporâneos.

Sabemos que somente entender como o aluno constrói seu conhecimento não é o suficiente para planejar propostas curriculares que supram suas necessidades cognitivas. As aprendizagens se dão de maneiras diferentes, em tempo e espaço diversos, e de forma singular para cada sujeito que aprende.

Acreditamos que a importância da escuta e um ambiente cooperativo produz resultados surpreendentes de respeito mútuo contribuindo para uma aprendizagem eficaz que produzirá no sujeito conhecimento da e também para a vida, e não somente para fins profissionais porque não somos meramente máquinas, mas seres humanos em processo de formação constante ou seres inacabados (Freire 1996).

---

<sup>19</sup> Presença educativa: tema assunto do livro Pedagogia da Presença de Antônio Carlos Gomes da Costa, Modus Faciendi, 1995.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> acesso em 05.06.11

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação (2000). Disponível em: <[HTTP:WWW.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf](http://WWW.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf)> acesso em 09.06.11

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1997.

BRASIL, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE – Brasília, junho de 2006.

BRUNER, J. Prologue to the english edition. In L.S.Vygotsky, Problems of general psychology. New York: Plenum Press, 1987.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes 2003

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CAVALCANTI, Lana S. Cotidiano, mediação pedagógica e Formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

COSTA. Alaíde Maria Dias. O setor pedagógico na unidade de internação da Fundação CASA: uma experiência vivida. Monografia do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Áreas Sociais Críticas: Adolescente em Conflito com a lei – Práticas Profissionais. Universidade Bandeirante de São Paulo. 2010

COSTA, Antonio Carlos Gomes, Pedagogia da presença. São Paulo: Modus Faciend, 1995

Estatuto da Criança e do Adolescente (2000) Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos, 1982

FOCAULT, Michel, Vigiar e Punir: história das violências nas prisões “Corpos Dóceis”. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, vozes, 1997

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia (1996) Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra

\_\_\_\_\_ Pedagogia do Oprimido (1973) Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra

\_\_\_\_\_ Diálogos, Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra (3 ed., 1984)

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, Seriação e avaliação: Confrontos de lógicas, Moderna, 2003

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Vygostsky & Bakhtin - Psicologia e Educação: Um intertexto (2002). São Paulo: Ed. Ática

GADOTTI, Moacir. In Reinventando Paulo Freire no século XXI. Vol. 1, IPF

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa, O crime não compensa, mas não admite falhas. Dissertação de Doutorado – PUC/SP – Serviço Social (2000)

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução de João Wanderlei Geraldi. Revista Brasileira de Educação, ANPED, N.19, jan-abr 2002

LIMA, Dinorá de Souza - Proposta Curricular Para As Unidades De Internação Provisória - Avaliação De Uma Política Pública De Educação. Dissertação de Mestrado- UNICID- SP 2007

LOPES, Juliana Silva. A Escola na FEBEM-SP: Em busca do Significado. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo-USP. Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. 2006

MARCHIORE, Lara W. O. A.&ALENCAR, Eunice M. L. S. Motivação para Aprender em Alunos do Ensino Médio. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.10, n.esp., p.105-123, out. 2009 – ISSN: 1676-2592. Número Especial: Motivação

MAZZOLI, Valéria.M.S.; MARQUES, Marília; LOPES, Dilean M. Metodologia Investigativa – Primeiros Passos. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo. Diretoria Regional de Educação – Butantã, Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica. S/D.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.1990. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex46.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex46.htm).

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. Regras de Beijing. 1985. Disponível em <http://www.tjpe.gov.br/coordvinf/arquivos/regrasminimasdasnacoesunidasparaadmi nistracaodajusticadainfanciaedajuventude>

PORTELA, Romualdo & ARAÚJO, Gilda C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Rev. Bras. Educação nº 28.2005.

SARMENTO. Manuel J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002. pag.265

São Paulo, Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo. Resolução SE nº 06/2011 – Dispõe e redireciona as diretrizes do Projeto “Revitalizando a Trajetória Escolar” nas classes de ensino fundamental e médio em funcionamento nas Unidades de Internação – UI’s, da Fundação CASA, instituído pela Resolução SE Nº 15/2010, e dá providências correlatas29/01/2011. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/arquivos/paulistinha2010.pdf>. Acesso em 29.06.11

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante, Experiência e discurso como lugares de memória: a escola e a produção de lugares comuns. Pro-posições, v.17, n.2 (50) mai-ago 2006

SPOSATI. A. Exclusão Social e Fracasso Escolar. Em aberto. INEP. Vol. 17, nº 71. Brasília. Jan.2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. Regras de Beijing. 1985. Disponível em: <http://www.tipe.gov.br/coordvinf/arquivos/regrasminimasdashacoessunidasparaadmi nistracaodajusticadainfanciaedajuventude>